

*Delegação para as Relações com os Países do Mercosul*

Relatório do Presidente Luis Yáñez-Barnuevo García,
sobre a visita de um
Grupo de Trabalho ao Brasil (Brasília e Florianópolis)
de 29 de outubro a 1 de novembro de 2012

I INTRODUÇÃO

Um Grupo de Trabalho (GT) da Delegação para as relações com os Países do Mercosul (DMER) visitou o Brasil (Brasília e Florianópolis), de 29 de outubro a 1 de novembro de 2012.

O GT, que foi presidido pelo Presidente da DMER, Luis Yáñez-Barnuevo (S&D, Espanha), incluiu os Deputados Jean-Pierre Audy (PPE, França), Agustín Diaz de Mera (PPE, Espanha), Edite Estrela (S&D, Portugal) e Gianluca Susta (S&D, Itália), relator da Comissão do Comércio Internacional para o seguimento das negociações comerciais relativas ao Acordo de Associação UE-MERCOSUL (AA).

II BRASÍLIA (31 de outubro a 1 de novembro de 2012)**1. Reunião inter-parlamentares****1.1 Reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia**

O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (Partido dos Trabalhadores, PT), acompanhado pelo Senador Bruno de Araújo (Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB), e pelos Deputados Perpétua Almeida (Partido Comunista do Brasil, PCdoB), Edinho Bez (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) e Bala Rocha (Partido Democrático Trabalhista, PDT), dá as boas-vindas ao GT. De seguida, analisa brevemente os resultados da segunda volta das eleições municipais brasileiras, que decorreu no dia 26 de outubro, destacando que os seus resultados confirmaram o equilíbrio político pré-existente às mesmas. Posteriormente, descreve a composição partidária da Câmara dos Deputados, frisando que 22 partidos políticos estão representados naquela e que o partido com maior representação parlamentar, o PT, detém apenas 17% dos assentos. Mais, explica que no Brasil vigora o sistema

de voto uninominal, ou seja, o eleitor vota num candidato a deputado e não numa lista partidária e informa que o Congresso está a analisar uma reforma do sistema político.

O Presidente Yáñez-Barnuevo na sua introdução reitera o interesse do PE em estabelecer um diálogo regular estruturado com o Congresso brasileiro, em conformidade com o estatuído na Parceria Estratégica UE-Brasil e no respectivo plano de ação conjunta e com as conclusões da I reunião inter-parlamentar UE-Brasil, ocorrida a 6 de julho de 2011, em Estrasburgo. Tal fórum regular de diálogo supervisionaria a execução do plano de ação conjunta da Parceria Estratégica, enviaria recomendações às Cimeiras UE-Brasil e promoveria o intercâmbio de métodos de trabalho parlamentares.

O Presidente Maia, secundado pelos seus colegas, expressa o seu apoio a tal iniciativa, que beneficiaria dos laços históricos e culturais comuns, e acrescenta que os executivos brasileiro e europeu deveriam ser convidados a expor o estado da Parceria Estratégica no âmbito das reuniões do ambicionado fórum parlamentar.

Por sua parte, o Senador Bruno Araújo (líder do PSDB no Senado) afirma que, não obstante a sua lentidão e as dificuldades conjunturais que o afetam, o processo de integração do MERCOSUL é irreversível e vai-se consolidando.

A Deputada Perpétua Almeida (PCdoB) vinca que o MERCOSUL é uma questão estratégica para o Brasil e é um processo de integração que não se subsume ao comércio, já que encerra uma dimensão política e de defesa.

Por último, o Presidente Maia frisa que a UNASUL é uma instância regional de integração política que permite esbater as diferenças entre o MERCOSUL e as outras organizações sub-regionais.

1.2 Reunião com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), Deputada Perpétua Almeida, e com outros Membros da Comissão

Instada pelo Presidente e pelos Membros do GT a abordar a posição do Brasil face a várias questões internacionais, a Deputada Perpétua Almeida começa por salientar que a política externa brasileira teve sempre como fio condutor o princípio de não-intervenção. De seguida, frisa que a oposição brasileira a intervenções militares externas na Líbia e na Síria, se radica, por um lado, no postulado da necessidade de busca de soluções diplomáticas para os conflitos no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), e por outro, na constatação que tais intervenções não asseguram a proteção dos civis. Referiu-se igualmente à iniciativa turco-brasileira para mediar a questão nuclear do Irão e aos esforços diplomáticos brasileiros com vista a ajudar o processo de paz no Médio Oriente, nomeadamente, no âmbito das cimeiras entre os países sul-americanos e árabes.

Subsequentemente, sublinha a aposta brasileira na defesa do multilateralismo, a qual está na base das relações privilegiadas que o Brasil mantém com a China e a Rússia, no seio dos BRICS, e com a Índia e a África do Sul (no âmbito dos BRICS e também do IBSA), mas também com os Estados Unidos e a UE. Quanto a esta, frisa que a sua importância levará que o próximo debate promovido pela CREDN verse as respetivas relações bilaterais. Considera que o facto de muitos estudantes universitários brasileiros terem escolhido universidades europeias para aí estudarem no âmbito do programa brasileiro "ciência sem fronteiras", reforçará os vínculos bilaterais e facilitará o reconhecimento recíproco de diplomas.

Por último, alude à atual discussão sobre a reforma da política de defesa nacional, que tem como base um livro branco, e informa que a Câmara dos Deputados promoverá em breve um seminário sobre o tema. Neste âmbito, sublinha o potencial de cooperação entre o Brasil e a UE, alicerçado, por exemplo, na participação de empresas europeias em concursos internacionais com vista à aquisição de submarinos e aviões de caça e à inerente transferência de tecnologia.

O Deputado George Hilton (Partido Republicano Brasileiro, PRB) solicita o apoio do PE para a pretensão brasileira de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, sublinhando que a concretização de tal desiderato implicaria o reforço da responsabilidade internacional do Brasil. O deputado manifesta o seu apoio à conclusão do AA, alertando para a necessidade de evitar o arrastar das respetivas negociações e sublinha o seu potencial de desenvolvimento económico, designadamente, em matéria de transferência de tecnologia. Conclui, realçando que o AA seria de igual modo positivo para a economia mundial, como sinal importante de recusa do protecionismo comercial.

O Deputado Vítor Paulo (PRB), aludindo à organização pelo Brasil do Campeonato Mundial de futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, salienta as vantagens que o país pode retirar da experiência europeia na realização de grandes eventos desportivos.

O Deputado Damião Feliciano (PDT) realça o objetivo político nacional de atingir uma coesão económico-social que permita construir um país sem miséria.

1.3 Reunião com membros da Representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)

O Deputado Dr. Rosinha (PT), que abriu a reunião, após destacar que as negociações do AA estão algo estagnadas, afirma que estas estão a ser, de certo modo, vítimas da adversa conjuntura económico-financeira internacional. Neste contexto, sublinha que a UE e o Brasil têm assumido estratégias diferentes no combate à crise financeira, uma vez que a abordagem europeia, sob o impulso da Chanceler alemã Angela Merkel, privilegia a austeridade, enquanto que a Presidente Dilma Rousseff promove o investimento público com vista a potenciar o crescimento e o emprego. Concluindo a sua intervenção, defende que é necessário assegurar que os trabalhadores não sejam as principais vítimas da crise.

Por sua parte, os Deputados Newton Lima (PT) e Benedita da Silva (PT) alertam para a necessidade de incluir as questões sociais e de educação no âmbito da discussão política e do diálogo parlamentar entre o Brasil e a UE.

A Senadora Ana Amélia (Partido Progressista, PP), Vice-Presidente da Representação, inquire os membros do GT sobre o papel do PE na conclusão de acordos comerciais.

O Vice-Presidente da DMER, Deputado Audy explica aos interlocutores brasileiros que, segundo a arquitetura institucional da UE, a Comissão negocia os acordos comerciais, com base num mandato negocial conferido pelo Conselho da UE. O Vice-Presidente frisa que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa reforçou os poderes do PE nesta matéria, uma vez que a instituição deve ser informada do andamento das negociações, em pé de igualdade com o Conselho da UE, e goza do poder de ratificação dos acordos comerciais. Mais, sublinha a necessidade de seguimento parlamentar das rondas negociais do AA e a sua importância com vista a influenciar positivamente a agenda dos negociadores.

Por outro lado, o Vice-Presidente Audy sublinha que não é a UE que está em crise mas sim alguns dos seus Estados-membros que incumpriram as regras daquela. Acrescenta que a UE e o

euro são a solução e não a fonte dos problemas. Assim, informa que a UE está a tomar medidas com vista a evitar dívidas públicas excessivas, nomeadamente, através da conclusão do tratado relativo ao pacto orçamental, promover o crescimento e a competitividade e preservar a coesão económica e social. Conclui, apelando ao reforço dos contactos e intercâmbios entre os estudantes europeus e brasileiros.

A Deputada Edite Estrela informa que as competências da UE no campo da educação são residuais, mas que ainda assim há que salientar os resultados francamente positivos resultantes dos programas Erasmus e Erasmus Mundus. Acrescenta que as políticas sociais, designadamente, a educação têm sido objeto de debate no seio da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia EuroLat, à qual co-preside.

Referindo-se aos acordos comerciais concluídos pela UE, a deputada sublinha que os mesmos incluem cláusulas de proteção dos direitos humanos, sociais e ambientais. Conclui, salientando que a UE continua a ser o principal ator da cooperação mundial, dado que 71% das suas importações agrícolas provêm de países em vias de desenvolvimento, graças ao sistema de preferências generalizadas (SPG+), e que aquela (em conjunto com os seus Estados-membros) é o maior doador de ajuda ao desenvolvimento.

2. Reuniões com o Executivo brasileiro

2.1 Encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota

O Ministro Patriota começa a sua intervenção salientando a influência da experiência europeia de integração como fonte do MERCOSUL e o papel que o PE e o PARLASUL desempenham enquanto impulsionadores dos respetivos processos integracionistas. De seguida, aludindo aos vários processos de integração sul-americanos, define-os como sistemas de geometria variável que fazem parte de círculos concêntricos. Assinala a coerência geográfica da América do Sul e destaca o facto de se tratar de um continente unido pela democracia, não obstante o recente episódio vivido no Paraguai, e desprovido de armas de destruição maciça. Assim, considera a criação da UNASUL, enquanto chapéu da integração sul-americana, como um corolário lógico, dadas as referidas premissas. Afirma que a UNASUL comporta várias vertentes, nomeadamente, política, económica, de educação, de saúde, e de defesa. Quanto a esta última, vinca que a UNASUL estabeleceu uma política de transparência quanto aos gastos estatais de defesa. Após frisar que a criação da CELAC não visou marginalizar os Estados Unidos e o Canadá, expende que aquela é essencialmente um foro de coordenação dos vários processos de integração latino-americanos e das Caraíbas, constituindo assim um interlocutor natural para a UE. Acrescenta que as Cimeiras birregionais são sobretudo importantes para os países mais pequenos que têm, deste modo, um foro privilegiado para exprimir os seus pontos de vista. Concluindo este ponto, o Ministro lembra que, muito embora o Brasil possua aproximadamente metade da população e do território sul-americanos e detenha cerca de 60% do PIB da região, a sua liderança regional é reconhecida devido ao seu carácter suave e ao cuidado diplomático empregue no seu exercício.

Abordando a suspensão do Paraguai do MERCOSUL e da UNASUL, o Ministro Patriota sublinha que tal decisão foi adotada consensualmente no seio de ambas as organizações, o que constituiu um facto sem precedentes, e acarretou igualmente a retirada de Assunção de todos os embaixadores dos países da região. Acrescenta que o julgamento político sumário do Presidente Lugo violou as cláusulas democráticas do MERCOSUL e da UNASUL e que estas instituições não podiam tolerar um retrocesso democrático na região, atendendo ao alto preço que os respetivos países pagaram para atingir a democracia. Lembra que os líderes do MERCOSUL ressaltaram que a suspensão não deveria acarretar consequências negativas para o povo paraguaio e, deste modo, o Paraguai continua a beneficiar do Fundo de Convergência Estrutural

do bloco (FOCEM). O Ministro afirma que, decorrendo as próximas eleições de abril de 2013 de forma livre e transparente, o Paraguai voltará a ser membro pleno de ambas as organizações regionais. Assim, mantendo-se, de momento, inalterado o *statu quo*, o Brasil entende que o Paraguai não deverá participar na Cimeira CELAC-UE de janeiro de 2013.

Subsequentemente, o Ministro, após invocar a comunhão de objetivos e valores entre o Brasil e a UE, reitera o apoio do governo brasileiro à conclusão de um AA abrangente e equilibrado e refere que o Brasil no exercício da corrente presidência do MERCOSUL tem mantido o assunto na agenda. O Ministro afirma que as condições económicas observadas na Argentina são passageiras e que o Paraguai, o Uruguai, e a Venezuela, cuja adesão tornou o bloco mais atraente do ponto de vista económico para a UE, estão muito interessados no AA. O Ministro reconhece que, muito embora existam coincidências entre os países do MERCOSUL relativamente a um número significativo dos temas em negociação, noutras as posições estão ainda distantes o que tem impedido que o bloco estabeleça uma posição negocial comum.

Neste âmbito, o Ministro informa que o governo brasileiro lançou um processo de consulta do setor privado sobre os interesses comerciais ofensivos e defensivos do Brasil no âmbito das negociações do AA e que os resultados preliminares dão indicações positivas quanto ao interesse na sua conclusão. Acrescenta que em 2013, a previsível melhora da situação económica nos demais países do MERCOSUL e a desejável superação da crise do euro permitirão avanços com vista à celebração de um acordo que impulsionaria o crescimento e o emprego em ambas regiões.

Questionado sobre se o Brasil, colocado perante um eventual fracasso das negociações relativas ao AA, estaria interessado em concluir um acordo comercial com a UE, o Ministro afirma que o seu governo não equaciona a mudança das regras do MERCOSUL, com vista a que os seus Estados-membros possam concluir individualmente acordos comerciais com países terceiros ou agrupamentos de países extra-bloco. E isto porque a preservação do MERCOSUL é uma questão estratégica para o Brasil, tendo em conta a manutenção de relações privilegiadas com a Argentina e a estabilidade no cone sul. O Ministro aproveita para lembrar que a ausência de um acordo comercial não impediu que a UE seja o principal parceiro comercial do Brasil.

Abordando outros temas das relações internacionais, o Ministro frisa que, face ao mundo multipolar em que vivemos, onde todavia os Estados Unidos e a China têm um grande peso, o Brasil busca manter relações privilegiadas com outros importantes atores mundiais, como a UE, e daí a razão de ser da Parceria Estratégica com aquela.

Referindo-se à situação na Síria, o Ministro urge a que haja uma mobilização diplomática, encabeçada pelo Alto Representante das Nações Unidas, de molde a obter um cessar-fogo no mais curto prazo. Tal cessar-fogo constituiria uma etapa com vista a conseguir uma transição pacífica para a democracia. Apesar de expender que não considera a saída de Bashar al-Assad como uma condição *sine qua non* para o encetar de negociações para resolução do conflito, sublinha que o Brasil votou a favor da condenação do regime sírio pelas violações de direitos do homem no seio do Conselho de Direitos do Homem da ONU. Acrescenta que o Brasil é contra uma intervenção militar externa na Síria e que, ao contrário do que aconteceu no Iraque, as instituições sírias não deverão ser desmanteladas durante o período de transição.

Quanto à questão nuclear do Irão, mostra-se contrário à posição de que todas as opções estão em cima da mesa e conseqüentemente contra qualquer ação militar preventiva. Por último, exprime a sua frustração pela falta de avanços no processo de paz no Médio Oriente, urgindo ao relançamento urgente das negociações entre as partes e defendendo que, face ao papel pouco ativo do quarteto, o Conselho de Segurança da ONU deveria lidar com o problema.

2.2 Encontro com o Ministro da Agricultura, Sr. Mendes Ribeiro

Na sua introdução, o Ministro Mendes Ribeiro expressa o seu apoio ao reforço da Parceria Estratégica Brasil-UE, salientando que a mesma encerra grandes potencialidades em matéria de cooperação triangular com África, designadamente, com os países africanos de língua portuguesa. O Ministro frisa que nas últimas duas décadas a agricultura brasileira se transformou numa actividade económica muito competitiva, dada a sua elevada produtividade, salientando que a investigação levada a cabo pela agência estatal EMBRAPA deu um contributo decisivo para se atingir tal patamar. Referindo-se ao capítulo agrícola das negociações comerciais do AA, o Ministro destaca que o Brasil enfrenta a competição dos restantes países do MERCOSUL quanto à exportação de carne bovina para a UE.

Respondendo a perguntas de membros do GT, o Ministro frisa que a aprovação dos produtos transgénicos foi acompanhada por uma política de informação dos consumidores, levando a que estes estejam plenamente informados e assim possam livremente escolher entre produtos de origem transgénica ou orgânica. Acrescenta que o Governo tem igualmente adotado medidas de promoção da agricultura orgânica, nomeadamente, de desenvolvimento rural em áreas metropolitanas. Abordando, de seguida, o procedimento que levou à aprovação do novo Código Florestal, o Ministro sublinha que o governo brasileiro norteou a sua postura em função da necessidade de preservar o meio ambiente e combater a desflorestação. Tal levou a que, durante o procedimento legislativo, no qual participaram as duas câmaras do Congresso, a Presidente Rousseff tenha por duas vezes vetado o respetivo projeto, uma vez que estimava que aquelas premissas não estavam devidamente asseguradas.

Por outro lado, o Ministro assevera que a produção agro-pecuária brasileira respeita normas sociais e laborais, de protecção do bem-estar animal e do meio ambiente. Reconhecendo, por último, algum atraso na realização de controlos fitossanitários por parte das autoridades brasileiras, o Ministro, após ressaltar que os critérios a que aqueles obedecem têm de se aproximar dos mais exigentes padrões internacionais, afirma que os mecanismos de consulta existentes com os serviços da Comissão Europeia permitirão resolver em breve os problemas pendentes.

3. Reunião com organizações da sociedade civil brasileira

Os membros do GT reuniram-se com representantes de várias organizações da sociedade civil brasileira, a saber, o Instituto Internacional de Educação do Brasil, o Instituto Socioambiental, a OXFAM Brasil, o Conselho Indigenista Missionário e o Instituto de Estudos Socioeconômicos. Na reunião foram discutidos, entre outros, temas ambientais, de combate à pobreza e à desigualdade social, os direitos das mulheres, dos indígenas e dos afro-brasileiros e de participação no processo de tomada de decisões.

II FLORIANÓPOLIS (29 e 30 de outubro de 2012)

1. Pequeno-almoço de trabalho com o Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Raimundo Colombo

Neste encontro, que teve lugar no dia seguinte à realização da segunda volta das eleições municipais brasileiras, o GT debateu com o seu interlocutor, entre outros temas, o impacto dos resultados daquelas no panorama político brasileiro, as potencialidades da cooperação

económica entre o Estado de Santa Catarina e a UE e as perspetivas para as negociações relativas ao AA.

2. Reunião com o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Reno Caramori

O Deputado Caramori descreve o tecido económico de Santa Catarina, destacando a importância do setor agro-pecuário, uma vez que o Estado é o maior produtor de carne de suíno e o segundo maior de frango no Brasil. Não obstante, acentua a natureza diversificada da economia estadual, frisando a importância de outras produções incluindo os cereais, a fruta, o vinho, o tabaco, a madeira e a pasta de papel. Acrescenta que as atividades produtivas estão sujeitas a um rigoroso controlo do cumprimento de *standards* ambientais.

Por outro lado, põe em evidência que, muito embora o Estado disponha de uma rede de portos modernizados, a burocracia pesada e uma rede de infra-estruturas rodoviárias ultrapassada colocam entraves à otimização do seu desenvolvimento económico. De igual modo, vinca que face ao défice de mão-de-obra especializada, o governo estadual tem prosseguido esforços de molde a fomentar a formação profissional, em conjunto com a federação das indústrias do Estado.

O deputado ressalta também a concorrência feroz que a China move às empresas estaduais, nomeadamente, nos setores têxteis e da metalurgia, frisando que tal se alicerça numa política de baixos salários. Neste contexto, alude às potencialidades económicas que o AA abriria, reconhecendo, todavia, que o facto de alguns parceiros do MERCOSUL não respeitarem o acervo normativo do bloco, não facilita a sua conclusão.

3. Participação no seminário internacional sobre as relações da UE com o Brasil e o MERCOSUL, organizado pela Cátedra Jean Monnet da Universidade Estadual de Santa Catarina e pelo Instituto Brasil-Europa

A participação do GT no seminário em epígrafe suscitou um elevado interesse por parte dos docentes e estudantes da Universidade Estadual de Santa Catarina, traduzido numa significativa afluência à sala onde aquele decorreu e numa elevada participação nos respetivos debates.

Assim, após as intervenções do Presidente Yáñez-Barnuevo e da Embaixadora da UE no Brasil, Ana Paula Zacarias, teve lugar um período de debate no qual, para além de vários académicos e estudantes, participaram ativamente todos os membros do GT.

4. Atividades com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

As várias actividades organizadas pela FIESC começaram com uma visita à incubadora de empresas CELTA situada no Parque Tecnológico Alfa. No âmbito da visita, os responsáveis da FIESC sublinham que a criação da incubadora de empresas, conjuntamente com a excelência em matéria de investigação científica da Universidade Estadual de Santa Catarina, permitiram que a tecnologia ocupasse um lugar de destaque no tecido económico do Estado. Assim, a título de exemplo, a urna eleitoral eletrónica utilizada no Brasil foi criada por uma empresa que passou pela incubadora visitada.

De seguida, tem lugar uma reunião entre o GT e a direção da FIESC. Os membros da direção da FIESC assinalam a relevância do setor industrial na economia do Estado de Santa Catarina, o qual é responsável por 59% das exportações estaduais, sublinham a importância das trocas comerciais com a UE e destacam que um número significativo das suas empresas participam em

projetos no âmbito do programa comunitário ALINVEST e do VII programa-quadro de investigação.

Por outro lado, os responsáveis da FIESC debruçam-se sobre os principais desafios que se colocam à economia do Brasil, designadamente, a eficiência da máquina administrativa, o aperfeiçoamento do sistema tributário e a modernização das infra-estruturas. De igual modo, expressam a sua preocupação pelo protecionismo levado a cabo pela Argentina, pelo facto de o Brasil a partir de 2014 deixar de beneficiar do sistema de preferências generalizadas (SPG+) da UE, e pela valorização excessiva do real, a qual, em sua opinião, é potenciada pelo afluxo de investimento estrangeiro ao Brasil em função das altas taxas de juro praticadas no país.

Por parte do GT, o Presidente Yáñez-Barnuevo afirma que num cenário indesejável de fracasso das negociações tendentes ao AA, haverá que buscar alternativas com vista a reforçar as relações económicas e comerciais entre a UE e o Brasil. O Vice-Presidente Audy vinca o desenvolvimento económico verificado no Brasil, mas em contraponto lembra as dificuldades que afetam o MERCOSUL, nomeadamente, o facto de a sua união aduaneira não estar concluída, o protecionismo argentino, as questões jurídico-políticas inerentes às decisões de suspensão do Paraguai e de adesão da Venezuela e a inclusão do Uruguai entre os paraísos fiscais. De igual modo, afirma que o AA terá que assentar no princípio da reciprocidade e, deste modo, à imagem do Acordo de Associação entre a UE e a América Central e do Acordo Comercial entre a UE, a Colômbia e o Peru, aquele deverá também incluir normas sobre *standards* sociais e ambientais. Por seu lado, o Deputado Susta, para além de defender igualmente o princípio de reciprocidade como postulado do AA, enumera algumas matérias que têm levantado mais dificuldades aos negociadores europeus do capítulo comercial, entre outras, as barreiras tarifárias e não tarifárias, os mercados públicos, as denominações de origem e os aspectos sanitários e fitossanitários. Acrescenta que é normal que o Brasil deixe de beneficiar do sistema SPG+ em 2014, uma vez que não pode continuar a ser considerado como um país em vias de desenvolvimento.

O encontro terminou com um almoço de trabalho entre os Membros do GT e a direção da FIESC.

III PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Importa sublinhar a oportunidade política da visita, uma vez que esta ocorreu na semana subsequente à ronda de negociações do AA que teve lugar em Brasília (22-26 de outubro de 2012) e a poucos meses da realização das cimeiras Brasil-UE e CELAC-UE.

As relações bilaterais UE-Brasil e as negociações do AA dominaram a agenda dos encontros cordiais mantidos com as contrapartes brasileiras. Relativamente às relações bilaterais, foi assinalada a importância da Parceria Estratégica, enquanto instrumento de aproximação de dois atores influentes no mundo multipolar que possuem uma matriz histórico-cultural comum e que partilham princípios e valores. Neste contexto, foi reafirmada a importância de dotar a Parceria Estratégica de uma dimensão parlamentar, através do estabelecimento de um diálogo regular estruturado entre o PE e o Congresso brasileiro. O almejado fórum parlamentar supervisionaria a execução do plano de ação conjunta da Parceria, enviaria recomendações às Cimeiras UE-Brasil e promoveria o intercâmbio de métodos de trabalho parlamentares.

Quanto ao AA, os interlocutores brasileiros reafirmaram o seu interesse em concluir um acordo ambicioso e equilibrado. Tal mensagem foi transmitida quer pelos agentes económicos, quer pelos atores políticos, muito embora estes tenham feito prova de alguma cautela, sublinhando que a situação interna do MERCOSUL (protecionismo argentino, suspensão do Paraguai) e as

dificuldades financeiras da UE complicam as negociações do AA. Neste âmbito, impõe-se destacar a afirmação por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil de que o seu país não sacrificará o MERCOSUL em prol da conclusão do AA, vincando a natureza estratégica das relações entre o seu país e a Argentina. Assim sendo, face a um hipotético cenário de fracasso das negociações tendentes à conclusão do AA, afigura-se algo improvável que o Brasil promova a revogação da decisão do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL que impede que os seus Estados-membros concluam individualmente acordos comerciais com terceiros países ou agrupamentos de países extra-bloco.

Deste modo, e atendendo a que as negociações da parte normativa do AA atingiram praticamente o seu limite, resulta evidente que a passagem ao estágio subsequente da troca de ofertas de acesso aos mercados implicará uma decisão política ao mais alto nível. Espera-se, assim, que a reunião ministerial MERCOSUL-UE que terá lugar à margem da próxima Cimeira CELAC-UE de Santiago do Chile possa contribuir para dar um impulso político com vista ao avanço do processo negocial.



PARLAMENTO EUROPEO

2009 - 2014

Delegación para las relaciones con los Países de Mercosur

Visita de un Grupo de Trabajo a Brasil

28 de Octubre al 1 de Noviembre de 2012

Programa

Lunes, 29 de octubre de 2012
Florianópolis

- 8h30 Encuentro con S.E. el Gobernador del Estado de Santa Catarina, Sr. D. Raimundo Colombo, en compañía de S.E. el Presidente de la Asamblea Legislativa del Estado de Santa Catarina, Sr. D. Gelson Merísio
Lugar : Residencia Oficial del Gobernador
- 10h00 Reunión con la Mesa Directiva de la Asamblea Legislativa del Estado de Santa Catarina - Dep Reno Caramori, Segundo Secretario de la Mesa
Lugar : Palácio Barriga Verde
- 12h00 Almuerzo ofrecido por la Rectora da Universidad de Santa Catarina Reitora, Prof. Dr. Roselane Neckel
Lugar : Restaurante Quinta de Bica d'água, rua Capitão Romualdo de Barros, 641, Carvoeira, Trindade, Florianópolis

Lunes, 29 de octubre de 2012
Florianópolis

- 14h20 Participación en el II Seminario Internacional de la Cátedra Jean Monnet: las relaciones de la UE con Brasil y el MERCOSUR, organizado por el IBE y por la Universidad de Santa Catarina
Lugar : Auditório do Centro Sócio-Econômico Universidade Federal de Santa Catarina

- 8h30 Salida del hotel Sofitel hacia el Centro Tecnológico de Santa Catarina
- 9h00 Visita a la Incubadora CELTA - Parque Tecnológico Alfa
- 11h15 Reunión con la Presidencia de la *Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina* (<http://www.fiesc.com.br>) sobre las relaciones EU-Santa Catarina
- Relaciones comerciales EU-Santa Catarina
- Perspectiva en la relación EU-Mercosur
- a continuación almuerzo ofrecido por la Presidencia de la *Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina*
- 17h35 Salida del vuelo JJ 3874 de Florianópolis hacia Brasilia
- 19.36 Llegada de la delegación del PE a Brasilia

- 9h00 Encuentro con la Delegación de la UE
Lugar: Delegación
- 10h30 Encuentro con S.E. el Presidente de la Cámara de los Diputados, Sr. Diputado Marco Maia
Enderezo: Edificio Principal – Cámara dos Deputados
- 11h00 Reunión con la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional
Presidente: Deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC)
Lugar: Plenário 3 - Enderezo: Anexo II
- 12h30 Encuentro con S.E. el Ministro de los Asuntos Exteriores, Embajador Antônio Patriota
- 13h30 Almuerzo ofrecido por S.E. el Presidente de la Cámara de los Diputados, Sr. Diputado Marco Maia
Lugar: Sala Reservada del Restaurante del SENAC - Endereço: Anexo IV, 10º and.
- 15h00 Reunión con la representación brasileña en el Parlamento del Mercosul
Presidente: Senador Roberto Requião (PMDB/PA)
Sala 19 – Ala Alexandre Costa - Senado Federal
- 16h30 Encuentro con S.E. el Ministro de Agricultura, Pecuaria y Abastecimiento, Sr. João Mendes Ribeiro

17h30 Recepción ofrecida por S.E. Embajadora Ana Paula Zacarias, Jefe de la Delegación de la UE en Brasilia

Jueves, 1 de noviembre de 2012

Brasilia

10h00 Encuentro con la Sociedad Civil
Lugar: Delegación de la UE

12h30 Entrevista a la Radio-Web
Lugar: Delegación de la UE

tarde/noche Regreso individual de los Miembros de la Delegación del PE hacia Europa



PARLAMENTO EUROPEO

2009 - 2014

Delegación para las Relaciones con los Países de Mercosur

Visita de un Grupo de Trabajo a Brasil

29 de Octubre al 1 de Noviembre de 2012

Lista de Participantes

Miembros



Luis YAÑEZ-BARNUEVO GARCÍA, Presidente
S&D - España



Jean-Pierre AUDY, Vicepresidente
PPE - Francia



Agustín DIAZ DE MERA
PPE - España



Edite ESTRELA
S&D - Portugal



Gianluca SUSTA (*)
S&D - Italia

(*) Ponente de la Comisión de Comercio Internacional sobre las negociaciones del Acuerdo de Asociación UE-MERCOSUR

Abreviaturas utilizadas para los grupos políticos del PE

- PPE : Grupo del Partido Popular Europeo (Demócrata-Cristianos)
- S&D : Grupo de la Alianza Progresista de los Socialistas y Demócratas en el Parlamento Europeo

Secretaría de la Delegación : DG Políticas Exteriores

Sr	Pedro	VALENTE da SILVA	Unidad Administrador - Desk Mercosur	América Latina
Sr	Francisco	CABRAL	Unidad Asistente Administrativo	América Latina

Consejeros de los Grupos Políticos

Sr	Pier	RIZZA	PPE, Consejero
Sra	Odilia	HENRIQUE	S&D, Jefe de Unidad

Interpretes

Sra	Arantxa	ERRO ERANDONEA	Cabina Española, Jefe del equipo
Sra	Silvia	SOLE	Cabina Española
Sra	Ana Sofia	CASTANHEIRA	Cabina Portuguesa
Sra	Niceia	PAPPAMIKAIL	Cabina Portuguesa